

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

THAÍSA DE ANDRADE BULHÕES

**Desabrigados e desalojados:
desastres ambientais e consequências sociais em uma rua de Petrópolis - RJ**

**NITERÓI
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

THAÍSA DE ANDRADE BULHÕES

**Desabrigados e desalojados:
desastres ambientais e consequências sociais em uma rua de Petrópolis - RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga

**NITERÓI
2018**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B933d Bulhões , Thaísa de Andrade
Desabrigados e desalojados: desastres ambientais e
consequências sociais em uma rua de Petrópolis - RJ : /
Thaísa de Andrade Bulhões ; Felipe Berocan Veiga ,
orientador. Niterói, 2018.
49 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Antropologia)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2018.

1. 30 anos de Tragédias de chuvas em Petrópolis . 2.
Memórias da Rua Manoel Afonso em Petrópolis . 3. Petrópolis
e soluções pós tragédias. . 4. Produção intelectual. I.
Veiga , Felipe Berocan , orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III.
Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

THAÍSA DE ANDRADE BULHÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

Trabalho de conclusão de curso aprovado
no Bacharelado em Antropologia - UFF.
Niterói - RJ, 01/Dez/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Mirian Alves de Souza
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Flávia Elaine da Silva Martins
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
2018

Dedico este trabalho as minhas amigas, Rejane Rodrigues e Mayara Trigo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer parece uma algo fácil quando se tem muita gratidão, porém nessa etapa que de longe foi um momento tranquilo em minha vida a gratidão é de longe algo fácil de fazer. Sou grata a tantas pessoas que bem provável eu esqueça muitas pessoas.

O meu primeiro agradecimento será para Deus/Pai/Filho/Espírito, pois foi minha fé e espiritualidade me ajudaram a não desistir quando eu mais tive vontade. Muitas vezes busquei forças dentro de mim para que esse trabalho fosse feito e que em momentos como as horas de sono perdidas por preocupações tive o cuidado de ouvir músicas para não ser consumida pelo medo de não conseguir.

Em especial, agradeço minha mãe que, mesmo não entendo minhas escolhas, sempre esteve do meu lado apoiando e sustentando todas as minhas vontades, sem ela está na UFF não seria possível. Ao Henrique (padrasto) por ser um incentivador, Raul (irmão) me fazer ir em momentos que já não tinha mais risos, aos meus familiares mais próximos que sonharam junto comigo e se alegraram por cada ano que consegui me manter firme na universidade quando as circunstâncias dizem não. Vocês foram minha maior motivação.

Meus amigos que entenderam ou não minha ausência em momentos importantes. Nesses quatro anos fui uma péssima amiga, porém acreditem foi por uma boa causa. Queria listar todos aqui, mas sei que vou esquecer alguém então sintam se lembrados porque eu não esqueço nenhum de vocês, pois foi com alguns de vocês que chorei dizendo que não dava mais, com outros rir de doer a barriga e compartilhei momentos únicos e lindos. Amo vocês, até quando fazem questão que eu responda o WhatsApp.

Professor Felipe que teve muita paciência e cuidado em me orientar, imagino que não é fácil essa tarefa de orientar alguém como eu com a personalidade individual que acaba sumindo quando aparecia estava no mesmo lugar. Obrigado, saiba que o admiro muito.

Aos meus interlocutores, sou imensamente grata, pois a esse trabalho só existe por vocês acreditarem em mim para contar suas histórias.

Agradeço a Universidade Federal Fluminense, cada dia que passei nos corredores do bloco P senti o meu sonho sendo realizado, ser mulher, negra, pobre e estar em uma universidade federal é luta e resistência cada minuto que vivi nesse lugar. Cada professor que tive oportunidade de conhecer todos são responsáveis por eu me sentir uma antropóloga, não esquecerei o conhecimento que foi me passado. Como nós alunos gostamos de falar, a UFF é o melhor país que existe sem sombra de dúvidas, aos funcionários que fazem o seu melhor

obrigado, bandeirão que salvou minha vida obrigado, colegas que fiz ao longo da minha vida acadêmica obrigado, enfim, obrigado UFF por tudo sentirei falta.

Oh! Chuva
Eu peço que caia devagar
Só molhe este povo de alegria
Para nunca mais chorar

(Oh Chuva! Falamansa)

RESUMO

As chuvas de verão são conhecidas por causarem desastres considerados "naturais", nos quais o volume de chuva em um dia pode ser equivalente ao volume de um mês inteiro, provocando deslizamentos de terra, alagamentos e enchentes. Entretanto, tais desastres não podem ser classificados simplesmente como naturais nem ser naturalizados, pois se relacionam com diferentes problemas, tais como pessoas e famílias morando em áreas de risco, desmatamento e falta de saneamento básico. Em decorrência desses eventos devastadores, muitos moradores da região Serrana do Rio de Janeiro vêm sofrendo ao longo dos anos. Com base nessas problemáticas envolvidas de uma tragédia, a questão das vivências e do drama social experienciado pelas famílias vítimas de desabamentos será analisada nesta monografia. Trata-se também de uma reflexão sobre minha própria experiência, desalojada com minha família após as chuvas ocorridas na cidade de Petrópolis, entre o final de 2004 e o começo de 2005, o que levou à interdição de minha casa e de parte da nossa vizinhança da rua Manuel Afonso, no bairro Vila Militar.

Palavras chaves: desastres, desabamentos, rua Manoel Afonso, vizinhança, Petrópolis - RJ.

ABSTRACT

Summer rains are known to cause "natural" disasters in which the volume of rain fall in a day can be equivalent to the volume of a whole month, causing landslides and floods. However, such disasters cannot be classified simply as natural or naturalized because they relate to different problems, such as people and families living in areas of risk, deforestation and lack of basic sanitation. As a result of these devastating events, many residents of the Serrana region of Rio de Janeiro have been suffering over the years. Based on these problematic issues of a tragedy, the question of the experiences and social drama experienced by the families that are victims of landslides will be analyzed in this monograph. It is also a reflection on my own experience, displaced with my family after the rains that occurred in the city of Petrópolis, between the end of 2004 and the beginning of 2005, which led to the prohibition of my house and part of our neighborhood of Manoel Afonso Street, in the Vila Militar neighborhood.

Keywords: disasters, landslides, Manoel Afonso street, neighborhood, Petrópolis - RJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem 1- Imagem de moradores tirando pessoas da lama em Petrópolis 1988

Figura 2 - Imagem 2 – Alagamento em 1988 no centro da cidade de Petrópolis.

Figura 3 - Imagem 3 - Demarcação da Manoel Afonso

Figura 4 - Cada seta representa uma casa que foi interditada.

Figura 5 - Local onde era a casa da minha família com o meu pai.

Figura 6 - Creche que serviu de abrigo para as famílias.

Figura 7 - Mensagem de texto de prevenção ao desastre

Figura 8- Conjunto Habitacional Vincenzo Rivetti

Figura 9 - Conjunto habitacional da posse

Figura 10 - Tribuna de Petrópolis, informando sobre o conjunto Habitacional da posse

LISTA DE ABREVIATURAS

ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FMP-FASE – Faculdade de Medicina de Petrópolis – Faculdade Arthur Sá Earp

UFF – Universidade Federal Fluminense

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de mortos x Ano do desastre registrado.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA QUE NÃO É CONTADA.....	03
1.1 - Trinta anos.....	03
1.2 - Rua Manoel Afonso.....	06
1.3 - Desastres “Naturais”	09
CAPÍTULO 2 – ETNOGRAFIA E MEMÓRIA.....	13
2.1- Atravessamentos – desafios da memória.....	13
2.2 - Memória e memória coletiva.....	15
2.2.1 - Tia Roseli e Eva Lúcia.....	16
2.2.2 - Encontro de memórias.....	17
2.3 - Grupo cultural.....	23
CAPÍTULO 3 – DILEMAS DE HOJE.....	25
3.1 - Política de Assistência.....	25
3.2 - Políticas de Prevenção.....	26
3.3 - A promessa habitacional.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

INTRODUÇÃO

Em uma tarde de verão do ano de 2004 em uma rua na cidade de Petrópolis, eu, em meus plenos 12 anos me senti sem chão. Via a terra invadindo minha casa, a chuva a cair sem parar. O desespero em salvar os poucos pertences de minha família, a aflição da incerteza do que estava para acontecer, ainda estão marcados em minha memória. Esse dia de fato foi um divisor de águas em nossas vidas, de minha família e da minha vizinhança da Rua Manoel Afonso.

Tenho um grande afeto pela Rua Manoel Afonso e os anos (aproximadamente 12 anos) que lá vivi. Lembro-me de uma relação muito singular entre os moradores da rua, as brincadeiras no espaço da rua com meus amigos durante a infância, assim como lembro-me das casas das vizinhas que nos forneceram abrigo quando minha família perdeu a casa. Essas memórias se mesclam e se tornam agrídoces no meu interior, pois a lembrança que tenho da minha antiga rua são boas, mas também muito dolorosas.

O presente texto tem como proposta trabalhar em cima das memórias, minhas e de minhas interlocutoras, sobre este dia e os desdobramentos deste desastre que nos acompanham até hoje, quase 15 anos depois.

Por se tratar de um evento passado, a memória foi o pilar principal de construção das reflexões aqui presentes. Para acessar as memórias de minhas interlocutoras, Eva Lúcia e Tia Roseli – que apresentarei no capítulo 2- usei como estratégia entrevistas e conversas informais. Portanto, a construção dessa etnografia se deu a partir de entrevistas e conversas informais, pesquisa em sites, artigos e publicações nas redes sociais. Por ser nativa-pesquisadora do contexto analisado, minhas interlocutoras tiveram dificuldade em me perceber enquanto pesquisadora. Talvez essa falta de visibilidade tenha colaborado para que eu me colocasse como nativa e não A “pesquisadora” que tem seus interlocutores como simples objeto de pesquisa.

Por fim, devo atentar para o conteúdo dos capítulos que seguem. O primeiro capítulo se destinará a fornecer o contexto onde nossa história se passará, lhes apresentarei a Rua Manoel Afonso de forma mais detalhada, as relações sociais que se constituíram na rua até 2004. Problematizarei a naturalização dos desastres ditos “naturais”, adentrando em um panorama geral sobre a atual Antropologia do Desastre.

O segundo capítulo, proponho uma reflexão sobre memória e memória coletiva, onde minhas memórias se encontram com as de Tia Roseli e Eva Lúcia, minha mãe. Sem dúvidas foi a seção mais difícil de ser escrita, mas uma das mais necessárias, afinal, acredito que

escrever é uma maneira de sangrar, tal como Conceição Evaristo e, somente através deste processo pude eternizar histórias através do papel.

No último momento da pesquisa, no terceiro capítulo, a análise terá o enfoque sobre políticas de assistência e prevenção destinadas às famílias que perderam ou tem o risco de perderem suas casas. Ainda, demonstrarei como as famílias ainda enfrentam desafios com medidas paliativas como o Aluguel Social e dependem da espera e da esperança de um dia conseguirem a sonhada casa própria em algum dos dois Conjuntos Habitacionais que têm sido construídos em Petrópolis para famílias nestas condições.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA QUE NÃO É CONTADA

No primeiro capítulo tenho interesse de desenvolver os aspectos da história de tragédias em Petrópolis devido às chuvas de verão que tem se tornado cada vez mais visível ao longo de 30 anos. Meu enfoque principal se dará sobre a Rua Manoel Afonso, onde morei desde meu nascimento até o ano de 2004.

Baseada em minha experiência pessoal e na vivência de meus familiares e vizinhos após a perda de nossa casa decorrente de uma forte chuva em dezembro de 2004, senti-me movida a compartilhar nossas histórias e memórias a fim de desconstruir a naturalização dos desastres “naturais” para pensar sobre a causa desses eventos, que se dão para muito além da chuva. Deste modo, o intuito deste capítulo é relatar memórias de perdas e as dores ocasionadas por este acontecimento. É importante trazer aos olhos do mundo algumas histórias reais de vida por trás dos fenômenos das chuvas e desabamentos.

1.1- Trinta anos

A Região Serrana do Rio de Janeiro é conhecida por dois fatores principais: seu passado histórico no Brasil imperial e pelos “desastres naturais” que assolam esta área com frequência. Petrópolis é um município de 295.917 habitantes¹ localizada na Região Serrana Fluminense e será aqui nosso cenário principal. Com seus 795,798 Km²,² Petrópolis possui clima ameno, arquitetura histórica e é emoldurada pela mata Atlântica. Reconhecida como “Cidade Imperial”, atrai muitos turistas que buscam clima mais frio e contato com a natureza.

Em 1988, Petrópolis entrou na mídia por ter vivido de suas maiores tragédias decorrente de chuvas que atingiram toda a cidade deixando inúmeras áreas completamente devastadas. Foram 134 pessoas mortas, mais de 1.000 desabrigados³ no total, além de outros locais sob ameaça de desabamento. Além de Petrópolis, a chuva de 88 atingiu outras partes do Estado. Alguns levantamentos dão conta de que houve 300 mortos no Estado na ocasião, em quatro dias de chuva consecutiva.

A partir desse ano, as chuvas fortes repetiram-se, com menor ou maior intensidade, quase todos os anos, deixando suas marcas nas estatísticas da cidade.

¹Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

²Fonte : Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

³Fonte: Página do G1, Por Inter TV RJ 2 — Petrópolis19/03/2018 20h51 Atualizado há 8 meses.

Figura 1- Imagem de moradores tirando pessoas da lama em Petrópolis 1988



Fonte da Figura 1: Foto: O Globo / Folha de S. Paulo / Petrópolis no Século XX.

Trinta anos se passaram e as chuvas continuam fazendo vítimas na cidade, seja por desabamento de suas casas ou enchentes frequentes. Tais fenômenos apesar de acontecerem há muito mais de trinta anos, apenas ganharam grande destaque na mídia a partir de 1988.

Imagem 2 – Alagamento em 1988 no centro da cidade de Petrópolis.



Fonte da figura 2:Foto: O Globo / Folha de S. Paulo / Petrópolis no Século XX.

Durante três décadas foram registradas 411 mortes só em Petrópolis devido aos desastres⁴. Chuvas de 2001, 2004, 2008, 2011 e 2013 foram as que mais impactaram o município⁵.

Tabela 1: Número de mortos x Ano do Desastre registrado.

Ano do Desastre registrado	Número de mortos
1988	134
1992	23
1994	1
1995	2
2000	2
2001	57
2002	50
2003	17
2008	9
2011	76
2013	33
2016	2
2017	1
2018	4

Fonte : Por Inter TV RJ 2 — Petrópolis 19/03/2018 20h51 Atualizado há 8 meses.

Devemos ter um olhar sensível para perceber que números não são apenas números. Cada número representa uma pessoa que teve uma vida interrompida por um desastre tido como “natural”, mas que poderia ser evitado. Os familiares e amigos que sobrevivem precisam lidar com a dor da morte e com o medo por viverem na incerteza do dia de amanhã.

De lá para cá podemos elencar mais alguns episódios, porém o que nos interessa para esta análise será em específico as chuvas de dezembro de 2004 que deixou ao menos um

⁴Fonte: Esse levantamento foi feito pela Rede InterTV para o RJ 2ª edição considerando o período entre 1988 e 2018.

⁵Fonte: Dados colhidos do site G1, no dia 25/07/2018.

grupo de 6 a 9 famílias desabrigadas na Rua Manoel Afonso no bairro Vila Militar. Minha família é parte deste grupo pois neste evento perdemos nossa casa e até hoje vivemos de aluguel social.

Devido à perda de nossas casas, por conta do deslizamento de terra provocado pelas chuvas de verão e moradia irregular, me senti movida a relatar as minhas memórias e de alguns vizinhos sobre antes e depois da tragédia de 2004 pois já vivemos essa história há mais de 10 anos e ainda temos que revisita-la constantemente. Nossa memória é reavivada quando as chuvas começam, quando temos que fazer o recadastramento do aluguel social ou quando os inquilinos das casas onde moramos de aluguel social pedem a casa e temos de procurar outro lugar para morar.

1.2 - Rua Manoel Afonso

Por Petrópolis ser uma cidade pequena comparado à algumas cidades urbanas, nós, os moradores da cidade, temos o costume de dizer que em “Petrópolis todo mundo se conhece”. Na Rua Manoel Afonso não era diferente. A rua se localiza no Bairro da Vila Militar na Zona Oeste da Cidade de Petrópolis, onde muitos moradores moram há mais de 30 anos, com passagem para outros dois bairros que são a Vila São José e Valparaíso.

Imagem 3: Demarcação da Manoel Afonso



Fonte: Rua Manoel Afonso, Google Maps, 2018.

Trata-se sobretudo de uma rua periférica que se apresenta bastante característica nas relações próximas de convívio. A rua virou notícia na Tribuna de Petrópolis, jornal tradicional da cidade, no final do ano de 2004 por causa da interdição da mesma onde, em decorrência

das muitas chuvas de dezembro, algumas casas foram interditadas e outras acabaram destruídas devido ao deslizamento de terra.

Anterior a este episódio, a rua possuía uma organização social própria, que tive oportunidade de viver durante 12 anos da minha vida. O dia-dia na Rua Manoel Afonso era muito singular. Os vínculos transcendem a intimidade da casa quando se tratava do cuidado comunitário. Em situações como a falta de energia elétrica de algum morador ou na necessidade de socorro de algum vizinho que se encontrava doente, ficava evidente a relação de ajuda mútua entre os moradores. Outras singularidades que demonstram uma proximidade entre nós eram a confiança que a vizinhança tinha em figuras como Dona Maria D'Água, a quem o carteiro entregava nossas correspondências ao ponto de, se a correspondência fosse importante, ao invés de colocarmos de nossas casas, colocamos o endereço residência da mesma como referência. Nestes momentos de buscar a correspondência- tínhamos “liberdade” para adentrar em sua casa e participar de uma “intimidade” inevitável.

A vizinhança da rua era tão próxima que me recordo, quando criança, de brincar com os filhos dos vizinhos na rua até tarde, apesar dos gritos das nossas mães, que muitas vezes nos buscavam na rua porque estava tarde demais e não queríamos voltar para casa. Apesar do ambiente amigável, fofocas de rua e brigas eram inevitáveis. Muitas vezes, as brigas aconteciam no espaço da própria rua.

Segundo Prost (1992) são esses encontros banais do dia-dia que alimentam o convívio social, onde os habitantes de certa localidade interagem entre si e estabelecem vínculos afetivos, o que faz muito sentido na realidade da rua mencionada acima.

Na verdade, há mais do que um conhecimento mútuo: há um contato social. Cada morador do bairro ou da vila auferem certo proveito dessa vizinhança, desde que se pague o devido preço. Ele recebe pequenas gratificações dos outros: sorrisos, saudações, cumprimentos, trocas de palavras que dão a sensação de existir, de ser conhecido, reconhecido, apreciado, estimado (Antoine Prost 1992 p.116).

Desta forma, os bairros/vilas/ruas são verdadeiros palcos de reconhecimento, de ser conhecido e reconhecido, apreciado e estimado. Apesar do clima de amizade e de intimidade entre nós, tínhamos que conviver com os estranhos e com os dessemelhantes que a vida em comunidade exigia.

Dentro da organização social da rua tínhamos os vizinhos próximos, os vizinhos antipáticos e os “estranhos”. Os vizinhos “antipáticos” não tinham relação próxima com a

vizinhança em geral; os “estranhos” eram as pessoas que usavam a rua como passagem (já que o bairro Vila Militar tinha uma localização central no espaço enquanto passagem para dois bairros, como foi acima descrito).

Tanto o estranho e o dessemelhante podem se assemelhar com o *estrangeiro* descrito por Simmel (1989): é aquele que ninguém conhece, que ninguém pode nunca ter visto, mas todos sabem quem é ele. Assim também podemos dizer do vizinho “antipático”, sempre o víamos na rua ou ônibus, porém por sua *impessoalidade* –isto é, a preferência de ficar em sua individualidade, na privacidade do seu lar- não tinha laços fortes com a vizinhança.

Naquele ambiente, também tínhamos que conviver com as dificuldades financeiras, com as dificuldades ocasionadas pelas chuvas e com o medo. Apesar de haver tal idealização da segurança do bairro por conta do nome “Vila Militar”, havia uma certa insegurança devido ao tráfico de drogas, pois a rua tinha passagem para outros bairros. Desta forma, a circulação entre os bairros era grande e muitas vezes presenciávamos até mesmo brigas de traficantes.

Nos sentíamos seguras por morarmos no bairro Vila Militar, mesmo sabendo que o quartel era um pouco distante e a proteção que existia era para as casas que estavam em volta do quartel e não as casas das ruas “de baixo”, onde nós morávamos⁶. Me lembro que ao falar que morava no Bairro Vila Militar com outras pessoas elas comentavam algo como “Nossa você mora bem, né!?”. É que de alguma forma nós nos sentíamos assim, pois como disse acima estávamos acostumados a ter uma relação tranquila com a vida no bairro/rua, apesar do tráfico de drogas que existia.

Essa organização social singular brevemente descrita através das minhas memórias da Rua Manoel Afonso foi definitivamente interrompida por conta da tragédia de 2004. Ao sermos obrigados a sair da rua, eu e meus amigos fazemos promessas e juramentos que manteríamos os laços que havíamos construído, sempre “daríamos um jeito” de irmos pelo menos uma vez no mês na rua para não perdermos nossas relações. Mas de nada adiantou. Alguns dos laços construídos até então, foram desatados. Outros permaneceram, mas se reconfiguraram.

A relação entre os vizinhos dependia diretamente do espaço, isto é, da proximidade, do convívio cotidiano entre os moradores da rua. Hoje, nossas memórias do espaço sãoagridoces, possuímos lembranças saudosas e positivas que se imbricam com memórias dolorosas da perda de nossas casas.

⁶Ao conversar com uma pessoa que viveu na mesma época que eu no bairro Vila Militar (onde a mesma ainda reside) sobre o meu tema deste trabalho, nos recordamos de um sentimento de “falsa segurança” que os moradores do Bairro Vila Militar têm por esta perto do 32º Batalhão de Infantaria Leve, também conhecido como Batalhão Dom Pedro II ou Quartel.

Nós, antigos moradores da rua, que reconhecemos os “estranhos” que estavam a margem de nossa organização social, somos reconhecidos hoje pelos moradores atuais –os que permaneceram após o desastre e os novos que chegaram à rua- como “estranhos”.

1.3 - Desastres “Naturais”

“Não existe propriamente um desastre natural. Em diferentes momentos, existem sempre intervenções humanas, ou de organizações ou de fatores sociais que levam a uma catástrofe.” João Arriscado Nunes (referência na página:<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/38376>).

Ao conversar sobre o tema da minha monografia com a professora Flavia Martins do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, com quem tive o prazer de trabalhar durante nosso projeto de Iniciação Científica, ela me convidou a refletir sobre a questão da desnaturalização do desastre enquanto algo causado pela natureza e pensar que socialmente temos culpabilidade/responsabilidade e é a partir desta provocação que quero propor nesta seção a desnaturalização dos desastres ditos “naturais”.

De Castro observa que os desastres podem ser “o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (1999, p.2). Desta forma, o autor classifica os desastres quanto à sua intensidade, evolução e origem. Em relação à origem, podemos diferenciá-los em três tipos:

"i. Humanos: aqueles resultantes de ações ou atividades vindas do homem; ii. Naturais: consistentes naqueles que são produtos de fenômenos ou desequilíbrios da natureza, provocados por elementos de natureza externa, de forma independente à ação antrópica; iii. Mistos: aqueles atrelados às ações ou omissões do homem, as quais colaboram para a intensificação, a complicação e o agravamento dos desastres naturais" (De Castro, 1999).

Apesar de no senso comum estar convencionado que os deslizamentos são ocasionados pelas chuvas e, portanto, são “desastres naturais”, devemos repensar essa afirmação. No caso das chuvas, alagamentos e deslizamentos, há um fator misto: a chuva é um fator natural, a água se precipita no céu e cai sobre a terra; os alagamentos e deslizamentos são resultados da combinação entre um alto volume de chuva com a omissão

do homem em relação a falta de planejamento urbano, isto é, de saneamento básico e moradia (que se dá em encostas e lugares vulneráveis) dignas para a população crescente. Assim como as ações do homem de desmatamento e empobrecimento do solo que favorecem a vulnerabilidade do solo, tornando-se impróprio para habitação. Ou seja, “a falta de planejamento urbano, em conjunto com as características geográficas e geomorfológicas, que tornam as encostas suscetíveis a movimentos de massa” (GUERRA et al., 2007).

Desta forma, a ocorrência dos ditos desastres “naturais”, em grande parte, nas áreas povoadas, causa grande comoção na população e traz para reflexão a falta de organização urbana e a inexistência de políticas de prevenção para esses tipos de acontecimentos

Assim, movimentos de massa que poderiam ser até determinado ponto “naturais” - resultado da combinação das chuvas com as características geográficas e geomorfológicas da região⁷ - se tornam um problema socioambiental.

Uma vez que implica danos materiais bem como perda de vidas humanas (Guerra, 1995; Gonçalves, 1998; Guerra e Favis-Mortlock, 1998; Gonçalves e Guerra, 2005; Guerra et al., 2007).

Para Tucci (2001) desastres são eventos inesperados ou extraordinários decorrentes da transformação e crescimento da sociedade, que podem causar grandes danos e destruições à vida dos indivíduos. Os desastres produzem vulnerabilidades⁸ sociais e, decorrente disto, a sociedade também se torna vulnerável aos desastres. Em Petrópolis muitos moradores de “áreas de risco” de deslizamento se sentem vulneráveis a cada nova chuva, a cada verão.

⁷O município localiza-se na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em área de domínio tropical, onde sua posição geográfica, aliada à entrada de frentes frias, suas altitudes elevadas, com relevo montanhoso, que ultrapassa facilmente os 1000 metros, bem como declividades superiores a 45°, em diversas encostas, proporciona grandes diferenciações climáticas, tanto em termos de temperatura, como pluviosidade, ao longo das estações do ano (FIDERJ, 1978; Gonçalves e Guerra, 2005; Guerra et al., 2007). Essas condições topográficas e orográficas facilitam a ocorrência de chuvas abundantes e concentradas, em especial no verão, podendo provocar grandes movimentos de massa, nas áreas ocupadas de forma desordenada, que não respeitam os limites naturais, dados pelas encostas de alta declividade, contato solo-rocha abrupto, presença de grandes matações na matriz do solo, ou quase soltos na superfície, áreas de convergência de fluxo de água, rochas falhadas e fraturadas, que dão ainda mais instabilidade às encostas. Tudo isso pode ser potencializado quando o homem ocupa essas áreas de alto risco natural, sem levar em conta essas limitações dadas pelo próprio ambiente. Em Petrópolis, o solo de muitas áreas é desfavorável à moradia pois o solo é uma cidade de clima com verões úmidos e quentes e invernos secos e relativamente frios. (citação da pagina: <http://www.lagesolos.ufrj.br/downloads/Caracteristicas.pdf>)

⁸Ao pé da letra, vulnerabilidade faz referência a um estado de fraqueza. Se tratando de vulnerabilidade social, encontro em Claudia Natenzon um norte a este respeito [do conceito de vulnerabilidade]. Segundo a autora, podemos enxergar a vulnerabilidade de duas formas: segundo o ponto de vista de que a vulnerabilidade seria um problema maior e não o desastres, pois para ela a vulnerabilidade social se baseia sobre um conjunto de fatores e que devemos mensurar nossas vulnerabilidades individuais, pois a partir daí as nossas vulnerabilidades coletivas seriam resolvidas; o segundo ponto de vista se debruça sobre o que seria um “esforço preventivo”, para Natenzon é possível antecipar o problema para que haja a prevenção do mesmo. Se a sociedade é heterogênea, ao levantarmos as questões e tomarmos decisões estratégicas no coletivo isso será o mesmo que se antecipar.

Em suma, desastres são mais que “naturais”, com base no exposto até aqui podemos afirmar que não devemos mais naturalizar o desastre pois o fator humano deve ser evidenciado em suas causas (interferência humana no meio ambiente, falta de planejamento urbano e afins) e em suas consequências, uma vez que causa os desastres ditos “naturais” produzem sofrimento humano.

Um dos esforços na antropologia do desastre tem sido justamente inserir o elemento humano nas discussões sobre desastres “naturais” e refletir sobre o sofrimento irreparável causado aos atingidos por tais eventos. As discussões no Brasil sobre os desastres nos campos da Antropologia e das Ciências Sociais começaram recentemente, há cerca de 10 anos e dado início a esta discussão, com uma série de fatos, fragmentada em três linhas (também conhecidas como “frentes”) distintas (TADDEI, 2014, p. 34):

"1º a ocorrência de desastres de grande visibilidade na região Sudeste do Brasil, que nos ocasionaram transformações no aparato estatal ligado aos desastres no país; 2º a ocorrência de desastres internacionais de grandes dimensões, que afetaram o Brasil de formas inéditas e 3º uma série de desenvolvimentos na área de teorias sociais que colocam a questão dos desastres em novas chaves de análise".

Com base no que TADDEI sinaliza, a Antropologia do Desastre pode estudar os desastres a partir de história, com abordagens em seus aspectos históricos e de origem, até o momento de um estudo da Antropologia sob o viés da análise e solução dos problemas relacionados aos desastres, principalmente aqueles de origens naturais, como aqui foi colocado.

Se analisarmos 30 anos de tragédias, podemos dizer que o aumento da ocorrência de desastres dessa natureza pode estar relacionado a desequilíbrios impulsionados por pressão social e cultural, interferindo no equilíbrio dos ecossistemas naturais e que Petrópolis não desenvolveu muitas políticas efetivas de prevenção para tais acontecimentos. A cada nova chuva forte, enchente, deslizamento de terra, as famílias vêm sofrendo perdas irreparáveis e se reerguendo entre a dor de perder familiares, casas e seus bens - que para muitas pessoas podem ser apenas bens materiais, mas para essas famílias é sua história se perdendo entre lama e destroços.

Além disso, é importante pensar no impacto social que esses desastres ocasionam nas relações humanas, organização social dada em um determinado território entre um conjunto de pessoas.

Essa organização social singular brevemente descrita através das minhas memórias da Rua Manoel Afonso foi definitivamente interrompida por conta da tragédia de 2004. Ao sermos obrigados a sair da rua, eu e meus amigos fazemos promessas e juramentos que manteríamos os laços que havíamos construído, sempre “daríamos um jeito” de irmos pelo menos uma vez no mês na rua para não perdermos nossas relações. Mas de nada adiantou. Alguns dos laços construídos até então, foram desatados. Outros permaneceram, mas se reconfiguraram.

A relação entre os vizinhos dependia diretamente do espaço, isto é, da proximidade, do convívio cotidiano entre os moradores da rua. Hoje, nossas memórias do espaço são agrídoces, possuímos lembranças saudosas e positivas que se imbricam com memórias dolorosas da perda de nossas casas.

CAPÍTULO 2 - ETNOGRAFIA E MEMÓRIA

2.1 Atravessamentos – desafios da memória

“Escrever é uma maneira de sangrar. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...”
(Conceição Evaristo)

Escrever sobre minhas memórias não foi um processo fácil. Lidar com a dor e com a perda, tanto pessoal como compartilhada e traduzi-las em palavras foi um desafio de fato. Afinal, a minha dor e perda pessoal é compartilhada com as dores e perdas pessoais dos meus vizinhos e familiares. Quando exponho essas memórias, portanto, realizo uma outra forma de compartilhar, desta vez, com o leitor.

Através dos relatos que me contavam, fui-me deixando atravessar pelas recordações de alguns fatos que havia vivenciado, onde me dei conta de que estava revisitando sentimentos que já não me permitia sentir há tempos.

Isso só foi possível porque a temática me é familiar⁹. Pensei várias vezes em trocar de tema e fazer algo que eu não tivesse tanta proximidade. Da Matta (1978) nos chama a atenção para o fato de que as transformações - seja a do exótico em familiar, ou a do familiar em exótico - não são totais, mas continuam se dando com a presença de resíduos entre um e o outro. E no meu caso, tive que fazer um enorme esforço para olhar o familiar como exótico. Segundo o autor, "é necessário um desligamento emocional, já que a familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora" (p.30).

Quando abordo sobre o esforço que precisei fazer para falar sobre o exótico no meu familiar, quero dizer a respeito da exposição das famílias em questão, dos meus vizinhos e até mesmo da minha própria família, porque há uma relação de amizade que não são só marcadas pela tragédia, pela dor e a perda. São relações carregadas de sentimentos e as falas que prosseguem estão repletas de emoção. Por essa razão, julgo serem discursos muito particulares, o que me dificultou no processo de estranhamento/exotismo. Justamente por isso

⁹O familiar para pesquisa pode ser visto como algo negativo, por muitos antropólogos, porém tanto Da Matta e Gilberto Velho discordam. Segundo Velho o envolvimento com objeto de estudo não pode ser considerado como defeito ou imperfeição. (1987:123), pois ao estudar o familiar podemos ter algumas vantagens sendo uma delas expor os confrontos com especialistas e leigos do campo. Para esta análise, que necessariamente se sustenta sobre memórias pessoais e compartilhadas, o estranhamento se deu com o passar do tempo, as diferentes percepções e lembranças com que pude entrar em contato, uma memória compartilhada muito menos homogênea do que eu poderia imaginar. Sou nativa de minha própria pesquisa e nesta posição “privilegiada” de nativa-pesquisadora pude adentrar nesses distintos detalhes que apenas minha visão não seria capaz de alcançar. Pude alcançá-la através das entrevistas e da pesquisa empírica, de onde veio o estranhamento necessário para não ser apenas uma “nativa”, mas conceder uma visão antropológica e sociológica sobre nossas memórias, afetos, vivências.

me questiono sobre a necessidade do “desligamento emocional” proposto por Da Matta, já que me desligar dos sentimentos que me atravessam se demonstrou impossível seja durante as entrevistas, seja durante meu processo de escrita.

Em *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos*, de Marcio Goldman (2003), pude entrar em contato com uma análise sobre o fazer antropológico- direcionado a proximidade entre o mundo do antropólogo e do nativo, ou seja, quando ambos compartilham vivências próximas ou até a mesma vivência- que me foi de grande proveito pois me encontrei numa situação semelhante. Goldman em um determinado momento deixou se afetar pelo campo, ao decorrer de sua pesquisa questionou qual status epistemológico poderia ser dado a esse fato e quais implicações isso teria em sua pesquisa. O mesmo aconteceu comigo me deixei ser afetada pelo campo, e isso me paralisou em determinado momento. Dar continuidade às conversas se tornou um desafio pois a necessidade de “estranhar o familiar exigida do antropólogo se tornara difícil por eu ser nativa no contexto pesquisado.

Ainda, meu processo reflexivo e de escrita se deu a partir de muitas conversas informais. Em uma dessas ocasiões uma amiga comentou sobre seu campo de estudo e disse que sua orientadora falou a seguinte frase “o campo pode começar muitas vezes antes de percebermos”. A partir dessa fala lembrei que a minha vontade de falar sobre esse tema começou muito antes de ingressar na graduação de Antropologia. Posso dizer que houve três implicações ao longo dos anos que me levaram a refletir mais profundamente essa questão do desastre.

No ano de 2013 fui voluntária com outras pessoas nas chuvas no município de Xerém. Uma cabeça d’água desencadeou uma enxurrada brusca que originou uma grande avalanche de terra, árvores, pedras e até as casas que estavam na do rio, deixando assim muitas famílias desabrigadas. Ao me deparar com a realidade que as pessoas estavam vivendo percebi que aquela situação me era familiar, pois havia vivido o mesmo. Me recordo de uma enorme sensação de impotência porque em algumas casas não era possível fazer mais nada. O momento de dar notícias às famílias para mim significava reativar minhas próprias dores e memórias como se eu tivesse revivendo minha história outra vez.

Em outra ocasião, em 2013, quando eu estudava na Faculdade de Medicina de Petrópolis - Faculdade Arthur Sá Earp (FMP-FASE) na graduação em Gestão de Recursos Humanos, os alunos do meu curso e do curso de Administração foram convidados para um debate de políticas públicas com alguns vereadores, dos quais não me recordo mais os nomes. Em algum momento do debate os vereadores falaram sobre as chuvas e os desabrigados e que estavam procurando lugares para fazer as casas (uma observação que esse debate aconteceu

depois das chuvas de 2013 que deixou muitas famílias desabrigadas em quase toda Região Serrana), como se fosse em um estalo fiz a seguinte pergunta “Ao invés de procurar terras em lugares totalmente isolados e diferentes que as pessoas estavam acostumadas, porque não procurava no próprio bairro onde elas já estavam inseridas?”. Após esse questionamento eu os deixei sem fala por um minuto, porém como sabemos que políticos sempre tem algum argumento eles me disseram que “essa questão não era assim tão fácil”, pois se estava em risco não dava mais para voltar. Enfim, mais uma vez eu fiquei incomodada com o descaso que as famílias estavam vivendo.

Finalmente, senti-me movida ao assistir as aulas de Etnografia Urbana e Teoria Antropológica Urbana. Ambos os cursos trabalhavam a temática onde abordava relação do indivíduo com a cidade e foi então que vi a possibilidade de contar a história do desastre que minha família e vizinhos vivenciamos no nosso bairro.

A partir dessas implicações despertei para a necessidade de conservar a história das pessoas vítimas de desastres ditos naturais, para que toda sua história não fosse embora com a água assim como aconteceu seus objetos matérias, dessa forma encontrei na antropologia uma oportunidade de eternizá-las no papel.

2.2 Memória e memória coletiva

Como a memória foi crucial na construção desta pesquisa, é de extrema importância um espaço para falar de memória como conceito. Primeiro apresentarei a memória e depois a memória coletiva.

Para antropologia a memória é um elemento importante para compreensão da constituição de práticas do presente. A memória é uma reconstrução feita no presente a partir das experiências do passado e essa reconstrução se dá através da dialética da lembrança e do esquecimento. Só ocorre registro quando há esquecimento. Nesse ponto a cultura exerce um importante papel na seleção daquilo a ser registrado, funciona como um filtro selecionando aquilo que é importante e útil para cada indivíduo. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente.” (HALBWACHS, 1990, p.71).

Halbwachs (1990) propõe o conceito de memória coletiva com base no argumento de que mesmo as lembranças mais íntimas e pessoais não podem ser separadas da compreensão de que o homem é um ser social. Para o autor a memória deve ser entendida acima de tudo como um acontecimento coletivo e social, pois é “um elemento constituinte do sentimento de

identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK,1992).

Desta forma, se nos valermos das proposições de Lowenthal (1998) temos que a construção de uma “imortalidade em potencial” da identidade coletiva se dá através da mobilização de lembranças compartilhadas que sustentam uma identidade duradoura. Para o autor, relembrar o passado é essencial para o sentido de identidade, porque “saber o que fomos confirma o que somos” (1998, p.83). Na realidade da nossa rua, nós, antigos moradores, compartilhamos memórias que se atualizam e constituem a identidade da Rua Manoel Afonso, uma identidade que se perpetua através de nossas lembranças.

Percebi que a identidade da rua não é homogênea, pois é constituída por diferentes percepções e vozes. A identidade da rua que eternizamos é atualizada a cada lembrança. As lembranças também não são homogêneas, são diversas. As diferentes percepções e lembranças da rua ficaram evidentes em minhas entrevistas com minhas interlocutoras Tia Roseli e Eva Lúcia (minha mãe), quando Tia Roseli ao me falar sobre as memórias da rua ela fez questão de falar detalhadamente suas lembranças, já Eva Lúcia não quis entrar em detalhes sobre aquele tempo, pois segundo ela foi um tempo difícil. As lembranças e sentimentos sobre a rua se somam com o momento pessoal de cada uma. A percepção que cada uma tinha do local, nós mostra como cada lugar tem sua identidade.

Desta forma, me debruçarei sobre as diferentes memórias e perspectivas que eu, Eva Lúcia e Tia Roseli temos do dia, do antes e depois da tragédia.

2.2.1 - Tia Roseli e Eva Lúcia

Jamais tomei notas na frente de meus “informantes”. Por um lado, porque em geral eles também são meus amigos e eu me sentia constrangida em agir como “pesquisadora”, por outro, porque continuo acreditando que o trabalho de campo antropológico não tem muita relação com as entrevistas, ainda que – mas sempre no final da pesquisa, quando o etnógrafo já possui um certo controle sobre os dados e as relações com os informantes – estas possam servir como complemento das informações obtidas por outras vias (GOLDMAN, 2003, p.455). Como meu trabalho de campo se debruça sobre o passado, a forma mais possível de acessar as histórias pessoais de minhas informantes foi através de entrevistas e conversas informais a fim de revisitarmos e compartilharmos nossas memórias.

Nesta seção me debruçarei sobre os relatos minhas informantes sobre o dia do desastre e o período subsequente. Aqui nossas memórias se encontram e revelam o que passamos, o que lembramos, o que sentimos.

Roseli, uma senhora de 65 anos é mãe de cinco filhos. Eu costumava brincar com seus três filhos mais novos, que beiravam a minha idade. Morávamos na mesma rua, a Rua Manoel Afonso.

Figura 4: Cada seta representa uma casa que foi interditada.



Fonte: Rua Manoel Afonso, Google Maps, 2018.

Ela morava na rua desde seus 5 anos de idade com sua família. Precisou trabalhar desde nova, e ainda trabalha. Atualmente trabalha algumas vezes na semana como babá e quando não está no trabalho ela ajuda a cuidar das netas. Sua família, com muitos integrantes, encontrou dificuldades para conseguir sair do abrigo após o desastre, mas essa informação será mais explorada a frente. Aqui a chamarei de Tia Roseli, pois foi como aprendi a chamá-la com o tempo, por afeto e por respeito.

Eva Lúcia, minha mãe, tem dois filhos -contando comigo. Na época do desastre trabalhava como serviço gerais em uma loja na Rua Teresa e, hoje, trabalha como diarista. Nossa família foi uma das primeiras a sair do abrigo, pois como éramos poucas pessoas – apenas três- conseguimos uma casa de aluguel no bairro vizinho, Valparaíso.

2.2.2. Encontro de memórias

Eu tinha 12 anos estava eu e meu irmão com 5 anos em casa. Nós morávamos de favor, pois minha mãe havia se separado do meu pai há alguns meses antes devido à violência doméstica que minha mãe, Eva Lúcia, vivia. Antes da separação morávamos na mesma rua, Rua Manoel Afonso em uma parte mais baixa da rua, ou na “rua” debaixo –como

chamávamos¹⁰. Foram os amigos de minha mãe -nossos vizinhos- que conseguiram que uma família da rua acima cedesse a casa dos fundos para nossa família morar temporariamente até que minha mãe tivesse condições de alugar uma casa.

Figura 5: Local onde era a casa da minha família com o meu pai.



Fonte: Google maps.

Era de tarde e fazia sol. Estávamos acostumados com a chegada das chuvas de verão praticamente todo dia entre 15:30h e 16h. Nesse dia não foi diferente, por volta deste horário uma pancada de chuva muito forte caiu e, como era de costume quando estávamos sozinhos, fomos para a casa de Lucimara (nossa vizinha, amiga da família). Não podíamos ficar em casa quando chovia forte pois na parte de trás de casa havia um barranco.

Me lembrei que alguns de nossos pertences como roupas e pastas de documentos estavam debaixo da janela, que ficava de frente para o barranco. Deixei o meu irmão na casa da Lucimara e eu, junto com Luciana, sua filha, fomos à minha casa para tirar nossas coisas da janela e colocar na em cima da cama - por ser um local mais alto, caso entrasse água ou terra não perderíamos tudo. Enquanto isso, já entrava água pela janela e Thaisa, tia da Luciana, gritava para sairmos da casa porque estava chovendo muito forte. Ao escutarmos o barulho de algo caindo saímos correndo. Quando chegamos à casa da Luciana, que era ao lado da minha, vimos que tinha caído um pouco de terra do lado de fora.

Eu e meu irmão esperamos minha mãe na casa de Lucimara. Eu estava preocupada porque não tínhamos muitas coisas e o pouco que tínhamos estávamos perdendo. Quando

¹⁰ Apesar de se tratar da mesma rua, Rua Manoel Afonso, chamávamos “rua de baixo” -a parte mais baixa onde morei em casa própria com a minha família antes da separação de meus pais- e “rua de cima” a outra parte -que viemos a morar em 2004.

minha mãe chegou foi até a casa para colocar as nossas coisas no banheiro, pois lá era o único cômodo que não havia tanto risco. No dia seguinte vimos que o quarto onde dormíamos estava tomado por terra. Passamos por muitos momentos de aflição, precisamos dormir na casa de Lucimara durante três dias.

Não me recordo muito como os vizinhos perderam as casas, mas lembro que a rua ficou interditada, pois apareceram rachaduras e algumas casas também foram interditadas, como a nossa. Como as casas foram interditadas passamos o Natal e a virada de ano abrigados na creche da Rua Vila São José, abrigo que a Associação de Moradores da Rua Manoel Afonso junto com a assistência social da Prefeitura conseguiu para as famílias.

Vale destacar que minha família só conseguiu ir para o Aluguel Social porque a casa que morávamos com nosso pai também estava em zona de risco e a defesa civil chegou a fazer um laudo de risco da casa¹¹. Caso dependêssemos apenas da casa cedida, seria muito provável que não conseguíssemos entrar no programa de Aluguel Social.

Esse período foi muito doloroso para todos nós, mas especialmente para minha mãe, Eva Lúcia, que havia passado por uma separação há pouco tempo. Tentar extrair dela algumas memórias foram extremamente difícil. Ou fugia do assunto ou simplesmente respondia que eu sabia porque eu havia vivenciado o mesmo: “você sabe, você estava lá”. Precisei chamá-la para conversar de uma forma mais “formal” pois precisei expor que precisava de seus relatos, a queria como interlocutora de minha pesquisa. Ela concordou em me ajudar com a condição de não falar sobre os momentos anteriores ao desastre, pois não queria falar sobre a separação. Mesmo com toda resistência dela e o medo da minha parte de abordar esse assunto que era delicado para ambas de nós, pois de certa forma nos fazia reviver nossas dores, insisti em saber o que ela pensava.

Em uma conversa rápida, me contou que não gostava de morar na rua porque ali ela não estava vivendo a vida que desejava, queria ter um lugar para chamar de casa, que poderia até mesmo ser em outro bairro. Essa relação com o lugar estava diretamente ligada à vida que minha mãe viveu com meu pai de violência doméstica, então suas lembranças e percepções da Rua Manoel Afonso não eram tão afetuosas como as minhas.

Apesar de nosso Aluguel Social só ter sido garantido pelo fato do meu pai ter o laudo da Defesa Civil do ano anterior ao desastre e este ser um fato de grande importância, não abordamos este assunto em nossas conversas.

¹¹O laudo de risco na realidade se chama Relatório de Ocorrência, um foi feito para a casa própria do meu pai ainda em 6 de março de 2003 e outro no começo de 2004 (12/02/2004), alguns dias após o ocorrido. O RO é de suma importância pois garante a participação em programas como Minha Casa, Minha Vida, Aluguel Social e outros.

Eu a questioneei sobre a ajuda de amigos, se isso não a faria mudar de ideia sobre o lugar e ela respondeu que não, mesmo sendo muito grata pela ajuda ela não gostava de estar naquele lugar. Para minha mãe voltar a morar na Rua Manoel Afonso seria voltar ao passado.

Ao indagar sobre o que ela lembra do dia da chuva, minha mãe foi muito objetiva disse que choveu muito, nos levou para casa da Lucimara e voltou para colocar as coisas no cômodo da casa que não apresentava risco.

Ela conseguiu falar mais sobre o período que estivemos abrigados na creche. Disse que passávamos a noite na creche e o dia em nossa casa pois nossas coisas haviam ficado lá e ela tinha medo que alguém pudesse mexer. Segundo ela passamos umas três semanas dormindo na creche, que foi um momento muito ruim, porque não tinha água aquecida para tomarmos banho, não podíamos deixar nossas coisas pessoais por falta de segurança e os colchonetes que foram disponibilizados pela assistência social eram poucos e finos. Muitas vezes tínhamos que dormir todos juntos para nos aquecer.

Tia Roseli, minha segunda interlocutora, se abriu mais sobre o dia do desastre. Fui até sua casa onde fui afetuosamente recepcionada. Dado início a nossa conversa, percebi que sua expressão mudou para uma expressão de choro quando perguntei sobre o que ela lembrava do dia das chuvas. Me contou que no dia anterior ao fato estava voltando do trabalho debaixo de uma forte chuva. Ao chegar em frente ao Bar do Maneu, na entrada de nosso bairro, comentou com sua filha Aline que estava preocupada com sua casa pois havia percebido que já estava chovendo há dias e que inclusive havia visto terra desabando em uma casa naquele momento. Desesperada subiu a rua debaixo da chuva, chegou em sua casa e viu que o chão da casa estava com muita água e os seus filhos estavam olhando na janela a chuva caindo do lado de fora. Ela sabia que sua casa estava em risco, mas não tinha para onde ir. Passou a noite em alerta.

No dia seguinte, ainda estava chovendo forte, então percebeu que tinha algo de errado disse para Aline que estava dormindo no cômodo de trás para sair de lá e, foi que ao sair, a terra desabou. Com medo saíram todos da casa e ficaram na casa de uns vizinhos. A Defesa Civil foi acionada porque em outras casas estavam em uma situação semelhante. Foi a partir desse momento que começou a interdição de várias casas da rua.

Tia Roseli esteve na mesma situação que eu e minha família, de aflição e de precisar se abrigar na casa de vizinhos, precisando passar as festas de final de ano abrigada com seus familiares na Creche da Vila São José, no bairro vizinho. Além de nós, mais umas 3 famílias se encontravam na mesma condição.

Figura 6: Creche que serviu de abrigo para as famílias.



Fonte: Creche Vila São José, Google Maps, 2018.

As condições do abrigo não eram das melhores porque não tínhamos onde cozinhar, a água do banho era gelada e com não podíamos levar os móveis de nossas casas, então precisávamos dormir em colchonetes que a Prefeitura nos deu. Não podíamos passar o dia na creche, apenas a noite. Durante o dia alguns precisam trabalhar, outros revisitavam a casa para salvar mais pertences. Assim ficamos por mais de uma semana, a última família a sair ficou praticamente um mês nessa situação. Uma vez na semana alguém da assistência social da Prefeitura aparecia junto com um representante da defesa civil para fazer cadastro e ver se as famílias precisavam de alguma coisa.

Com a volta das atividades da creche no início do ano, a Prefeitura liberou o Aluguel Social para as famílias que estavam no abrigo. Segundo a assistência social, as famílias deveriam procurar casas para alugar pois a Prefeitura pagaria o aluguel de até R\$200,00. Tia Roseli disse que foi a última a sair da creche porque como sua família era a maior -oito pessoas- era difícil encontrar uma casa nesse valor. Procurou casa por umas duas semanas e precisava se deslocar a pé por muitos bairros, inclusive no bairro em que mora hoje, por falta de condições financeiras. Além da dificuldade de achar casa para sua família, o valor não era suficiente e muitas pessoas não estavam dispostas a alugar pelo fato de a Prefeitura atrasar o pagamento e também porque a Prefeitura não aceitava alugar através de imobiliária.

Além de todos os transtornos, Tia Roseli e sua família teve sua casa demolida pela Defesa Civil, assim como outras famílias da rua. No dia que foi buscar pertences pessoais em sua casa, como roupas e documentos, precisou deixar algumas sacolas para trás pedindo ao vizinho para pegá-las no dia seguinte. Quando chegaram, a casa dela e de seu irmão já haviam sido derrubadas para eles não voltarem. No dia que a defesa civil estava derrubando as casas,

o Jornal de Petrópolis fotografou o exato momento que o irmão da tia Roseli segura o boné em sua mão e chora por ver sua casa no chão.

Perguntei a ela se voltaria a morar lá, tia Roseli disse que não, pois toda memória que ficou foi do dia que perdeu sua casa. Para ela sair de lá foi muito doloroso, sua família havia se mudado para o Vila Militar quando a mesma tinha 5 anos de vida, assim, toda sua vida "era ali", família, amigos e agora não tinha mais nada. O terreno que antes dava para os seus filhos construírem casa, segundo ela, agora "só tem mato". Toda a rua que a Defesa Civil havia interditado na época, hoje, possui diversas casas.

Tia Roseli também falou sobre a morte de sua mãe, narrando que sua mãe não sabia que haviam perdido a casa nas chuvas. Como era muito idosa, Roseli deixou sua mãe na casa de seu irmão no mesmo bairro por aproximadamente três meses até que conseguisse levá-la para o bairro Bataillard, onde mora até hoje. Em 2006 sua mãe veio a falecer e, segundo tia Roseli, acredita que tenha falecido de tristeza porque depois que perderam a casa ela não foi mais a mesma pessoa e sempre perguntava quando eles iriam voltar à casa antiga. Tia Roseli confessou que depois da mudança passou um bom tempo abalada dentro de casa por não ter ânimo para fazer nada.

Depois de 12 anos vivendo ainda de Aluguel Social o que tia Roseli, mas me dizia era que seu desejo continua sendo sair do aluguel, porque não é fácil dormir e acordar com uma dívida que ela não fez.

Segundo tais relatos, podemos perceber como o desastre – a perda da casa - é um marco temporal. Há a vida antes e pós fim de ano de 2004. As lembranças ainda são muito vivas, todas nós lembramos, com detalhes, do que estávamos fazendo no dia do ocorrido e como a vida sucedeu nas semanas seguintes.

Com o relato de Eva Lúcia percebemos também que a relação com o desastre e com o espaço (a rua) se soma a outros fatores de sua vida pessoal. Isto é, as percepções de cada um de uma mesma situação se dão de formas diferentes e estão atreladas a suas vidas pessoais anteriores à crise. A vida "normal", se assim podemos dizer, o fluxo contínuo do cotidiano em curso até então, é quebrado/interrompido por um fator externo imprevisível/inesperado. O desastre.

Ainda, o desastre trouxe diversas mudanças significativas e consequências irreparáveis -como a perda da mãe de Tia Roseli- e outras duradouras –como o Aluguel Social que precisamos até hoje- que seriam impensáveis para qualquer um de nós. Como já atentei anteriormente, não se trata apenas da perda de pertences e da nossa casa, mas sim do nosso

cotidiano até então, das relações sociais construídas entre nós no espaço da rua, de vidas, de saúde mental. Muitas perdas que um valor de R\$ 200,00 não dá conta.

A importância da relação com os vizinhos em situações de crise também perpassa todas nossas histórias. Essas relações que construímos no nosso cotidiano foi se reafirmando quando houve o desastre e fez com que percebêssemos que os laços não se davam só pelo convívio na rua, mas também por empatia.

A mesma vizinhança que prestou ajuda em uma situação delicada na vida pessoal de minha mãe -a separação, que se ajudava em momentos de falta de luz, que se unia para socorrer algum vizinho doente, se uniu mais uma vez no momento do desastre e do pós-desastre. Precisamos da ajuda de nossos vizinhos em muitos momentos, quando precisamos de abrigo, quando precisamos guardar nossos pertences, móveis, quando precisávamos de informações sobre as visitas da Defesa Civil e da Prefeitura. Ou seja, foram muitas as situações de crise onde precisamos uns dos outros que não se resumiram apenas ao desastre.

2.3 - Grupo cultural

Frederik Barth (2008, p 17.) caracteriza como cultura: “[...] *algo distribuído por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências [...]*”. Assim, podemos ler o grupo de moradores da Rua Manoel Afonso como um grupo cultural, por partilharem uma vida comum em um mesmo território, unidos pelo cotidiano da vizinhança antes do desastre. Depois do desabamento, o marco temporal desta história, tivemos a tragédia como o fator de união e de uma nova organização social de certa forma, portanto, podemos dizer que se desenvolveu uma cultura pós tragédia. A situação de pouca assistência a qual estávamos expostos, as necessidades partilhadas pós a perda de nossas casas, configuraram essa cultura, uma união pela necessidade e pela empatia.

Um episódio que Tia Roseli e Eva me relataram exemplifica essa nova organização social e a reconfiguração da relação entre os vizinhos: quando precisaram de aumento no programa de Aluguel Social. Quando perderam suas casas em 2004 os moradores foram cadastrados no programa de Aluguel Social para morarem em casas em que o aluguel fosse até o valor de R\$200,00, porém os anos foram se passando e com a especulação imobiliária os alugueis aumentavam vertiginosamente. Por não conseguir pagar mais seus alugueis, algumas dessas famílias tiveram que se mudar para outros bairros, até que resolveram se reunir e pedir por uma reunião com a Secretaria de Assistência Social na Prefeitura a fim de exigirem um aumento.

Barth (2008, p. 19) ainda atenta que “[...] não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo[...]”. Como já mencionei acima, antes os moradores estavam inseridos em uma rua e tinham comum o território e a vizinhança como fator de união e, depois do dia do desastre, passaram a ter a tragédia como algo que os liga, mesmo cada família morando em lugares diferentes.

Ao longo dos anos esse grupo só vai aumentando, por falta de políticas de prevenção efetivas aos deslizamentos e alagamentos. O grupo de nossa rua se identifica com outras pessoas de outros bairros que passaram por uma situação semelhante.

CAPÍTULO 3 – DILEMAS DE HOJE

A última parte deste trabalho se dedicará a apresentar um panorama geral sobre as políticas de assistências destinadas às famílias vitimadas por desastres (desabamentos, alagamentos e afins), políticas de prevenção dos desastres e conjuntos habitacionais para onde as famílias vitimadas por desabamentos estão sendo direcionadas.

Muitas das questões que aqui serão colocadas foi a partir da conversa que tive com a psicóloga Paula Correa Guimarães Melo. Enquanto psicóloga trabalha na Secretaria Assistência Social na gestão desta Secretaria desde 2013, sendo funcionária pública desde 2006.

Meu contato com Paula se deu através de uma amiga em comum chamada Rayssa. Rayssa e Paula trabalham na Secretaria de Assistência Social de Petrópolis. Rayssa trabalha no setor de Aluguel Social como Auxiliar Administrativa e Paula como Chefe da Divisão de Gestão de Benefícios, Assistenciais e Transferência de Renda. Rayssa sempre divulgava informações nas redes sociais sobre o trabalho que a Secretaria de Assistência Social estava se desenvolvendo na cidade, então achei pertinente procurá-la. Ao entrar em contato com Rayssa através de mensagem perguntei sobre a possibilidade de conversarmos sobre os programas de Assistência Social como o Aluguel Social. Combinamos um dia para que eu fosse à Secretaria de Assistência Social encontrá-la e lá, pediu para que Paula me repassasse melhor algumas informações. Assim, conheci Paula e realizei a entrevista no mesmo dia.

3.1- Política de Assistência

Dentre as muitas demandas sociais que a Secretaria de Assistência Social de Petrópolis atende em seus setores, um setor exclusivo se dedica a oferecer assistência às famílias que se encontram em área de risco¹².

Ao conversar com Paula, perguntei como a Secretaria de Assistência Social estava atuando na área dos desastres e ela me contou que, hoje, a Secretaria atua de duas formas: a primeira consiste em dar assistência as famílias que já sofreram com o desastre e a outra forma se dá no atendimento das famílias que estão em áreas de risco. O atendimento corresponde na visita às moradias das famílias onde realizam uma avaliação da situação

¹²A classificação de área de risco para esta Secretaria se dá como áreas que oferecem risco potencial de desastre, como deslizamento de terra, desabamentos, alagamentos e afins.

(observam se as famílias se encontram em situação muito precária ou se há condições de continuarem habitando na residência fazendo melhorias).

Segundo Paula, quando há fortes chuvas na cidade de Petrópolis há sempre uma equipe (de praticamente duas pessoas) de plantão, disponíveis, caso ocorra algum problema.

As políticas de assistência foram renovadas no ano de 2011, depois de uma tragédia nesse mesmo ano que devastou boa parte da Região Serrana do Rio de Janeiro e teve ampla divulgação na mídia. Esse momento de crise revelou as insuficiências das diretrizes de políticas de assistência vigentes até então e deixou clara a necessidade de sua reformulação. Segundo Paula, as antigas diretrizes não davam embasamento para que os gestores e os assistentes sociais desenvolvessem o trabalho necessário de cuidado com as famílias que sofreram com o desastre. Ainda, me informou que por conta da reformulação de tais diretrizes, foi possível atender e cuidar das famílias com um maior preparo na tragédia de 2013 e prevenir desdobramentos piores (na época, foram 33 mortes contabilizadas no ano em Petrópolis em decorrência dos desastres na cidade, menos da metade do ano de 2011, com 76 mortes no total).

Aqui, podemos fazer um paralelo com os relatos de Eva Lúcia e Tia Roseli no capítulo 2, uma vez que pude perceber que naquela época, em 2004, a Assistência Social da cidade estava mais voltada para uma forma de assistência paliativa que se mostrava presente – e de uma forma incipiente- após a ocorrência de desastres. Depois da reformulação das diretrizes da Secretaria de Assistência Social, segundo Paula, há uma preocupação maior em se desenvolver uma assistência preventiva. Algumas das novas atitudes adotadas são, por exemplo, em casos de denúncia de construção irregular de moradia em áreas de risco ou quando recebem o aviso de algum perigo iminente em alguma região, os agentes vão até o local averiguar as condições das famílias e da área e se propõem a prestar as primeiras assistências.

3.2 - Políticas de Prevenção

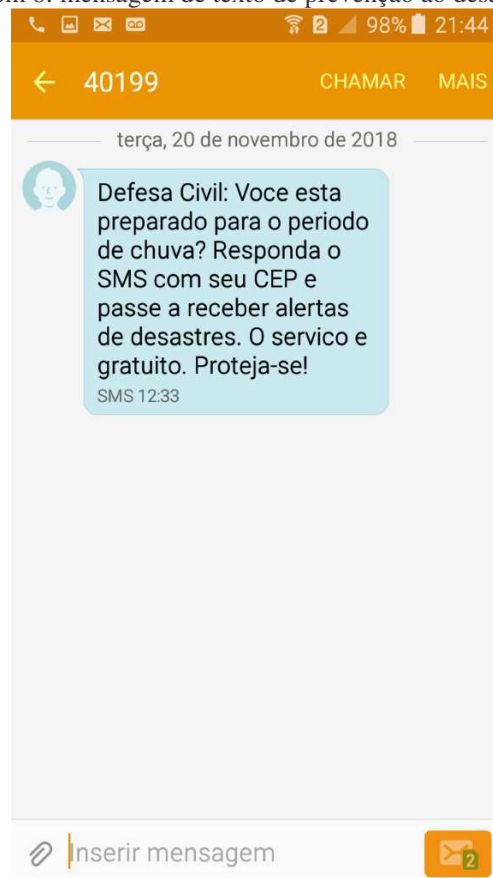
Paula relatou que após o desastre de 2013, a Prefeitura de Petrópolis descentralizou os serviços da Defesa Civil, aumentando o acesso das pessoas aos serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência Social, além de aproximar a relação entre as partes que estavam fazendo reformas em suas políticas de atendimento e cuidado social.

Em 2017 foi elaborado um Plano de Contingência (PLACON 2017) - Estiagem a situações que ofereçam risco de desastre. O plano de se propõe a qualificar as possíveis

soluções em ocorrências de desastre¹³ e a buscar possíveis soluções conjuntamente com os diversos órgãos e setores responsáveis envolvidos¹⁴. Para Paula, este Plano de Contingência, isto é, de prevenção contra “desastres naturais”, tinha como finalidade organizar o “papel de cada integrante nas respostas aos desastres”, o que é uma proposta interessante para a solução mais rápida e mais efetiva das necessidades das famílias vitimadas.

Atualmente Petrópolis investiu em diversas formas a fim de prevenir desastres como: cartinhas, mensagens de textos, sirenes (que já funcionam em 10 bairros), além de meios de comunicação em casos de situações de risco.

Imagem 8: mensagem de texto de prevenção ao desastre.



Fonte: arquivo pessoal

Por mais que tenha vários projetos em desenvolvimento, Paula acredita que poderíamos estar mais à frente porque ainda enfrentamos em nossa cidade pessoas voltando para lugares de risco ou ocupando locais interditados pela Defesa Civil.

¹³Incluindo-se deslizamentos de terra, inundações, rolamentos de blocos rochosos, vendaval, tempestades de raios, entre outras ocorrências.

¹⁴Fonte:

http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/phocadownload/programas_governo/plano_inverno/plancon%20estiagem%202017%20-%20versao%2001.pdf

Para ela o que resolveria boa parte dos problemas seria uma cooperação de trabalho entre a comunidade e a Prefeitura de Petrópolis a fim de desenvolver políticas públicas conjuntamente de prevenção e conscientização. Além de sugerir que a Secretaria de Obras e Secretaria de Fazenda deveriam investir na fiscalização das construções de moradias, bem como a comunidade deveria denunciar construções irregulares em áreas de risco.

3.3 - A promessa habitacional

Apesar dos projetos desenvolvidos ao longo dos anos e a maior reflexividade dos gestores públicos e assistentes sociais sobre possíveis soluções para situações críticas como na ocorrência de desastres, Paula revelou que não há recursos suficientes nos cofres da Prefeitura de Petrópolis para destinar a verba necessária ao atendimento das famílias que dependem de programas como o Aluguel Social. A única forma de conseguirem seus direitos tem se dado através de meios judiciais, pois então a Prefeitura ou o Estado têm a obrigação de atender o requerido.

Na gestão do prefeito Rubens Bomtempo (2013-2016) no ano de 2011 se deu a construção de dois conjuntos habitacionais: Conjunto Habitacional da Estrada Silveira da Motta (bairro da Posse) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) Vincenzo Rivetti I, II e III (bairro de mesmo nome).

Imagem 9: Conjunto Habitacional Vincenzo Rivetti I, II e III



Fonte: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/8701-reta-final-de-constru%C3%A7%C3%A3o-no-vicenzo-rivetti-600-apartamentos-j%C3%A1-conclu%C3%ADdos.html>

Imagem 10: Conjunto habitacional da posse



Fonte :<https://seaerj.org.br/SEAERJ%20Hoje/SEAERJ%2028.pdf> p.25

A promessa se deu em 2011 com o anúncio da construção de 144 unidades habitacionais na Posse através do programa Somando Forças, em Parceria com a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em que o Estado (Companhia Estadual de Habitação / CEHAB-RJ) é responsável pela construção de 72 unidades habitacionais e o Município de outras 72, até agora a maioria das unidades não foram entregues às famílias. Metade das unidades estão previstas para serem entregues ainda em dezembro de 2018 e outra metade em janeiro de 2019.

Já, o maior conjunto habitacional da história do município, Vicenzo Rivetti, está em fase final de construção após 2 anos de obras paradas (iniciadas em 2013, paralisadas em vários momentos entre 2014 e 2015 e retomadas em 2016). Trata-se de 776 unidades habitacionais construídas através do programa Minha Casa, Minha Vida¹⁵, lançado em 2009, em que, segundo Almir Schmidt¹⁶ fora a grande oportunidade de atender a demanda de moradia das “famílias que perderam seus imóveis e a tantas outras que se encontram com seus imóveis interditados, mas que continuam morando nas áreas de risco por falta de alternativa”.

A previsão de entrega das unidades do Conjunto Habitacional Vicenzo Rivetti I, II e III é ainda para 2018.

¹⁵Para serem selecionados a participarem do programa do Conjunto Habitacional Vicenzo Rivetti e ter direito a sua moradia, as famílias precisam obedecer a alguns critérios determinados pela Caixa Econômica Federal - responsável pelo Conjunto Habitacional. Segundo minha mãe, que tem se informado na Secretaria de Assistência Social, alguns dos critérios são: não ter bens (como automóveis) nos nomes dos beneficiários do programa; os beneficiários não devem fazer compras no crediário ou ter dinheiro separado na poupança; além de precisarem apresentar o Relatório de Ocorrência. O grupo de famílias que perderam suas casas de 2001 a 2005 foram convocados este ano a entregarem a documentação requerida para avaliação da Caixa Econômica. Minha família se encontra neste grupo e está aguardando a aprovação de sua documentação.

¹⁶Secretário de Obras, Habitação e Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Petrópolis (RJ). Fonte: <https://seaerj.org.br/SEAERJ%20Hoje/SEAERJ%2028.pdf> p. 25

Imagem 11: tribuna de Petrópolis, informando sobre o conjunto Habitacional da posse..



Fonte: arquivo pessoal.

Como a demanda por habitação da população é maior que a oferta, o município precisa lidar com um déficit habitacional decorrente dos chamados “desastres naturais” que, como já foi observado no capítulo 1, poderiam ser prevenidos pelo próprio município através de planejamento urbano e políticas de prevenção de desastres. Enquanto a habitação continua sendo uma promessa e não uma realidade, as famílias que perderam seus imóveis com o desastre continuam dependendo do valor de R\$ 500,00 do programa de Aluguel Social para custear seus alugueis¹⁷.

O Conjunto Habitacional se torna uma medida para livrar as famílias da dependência do Aluguel Social, mas algumas questões precisam ser apontadas: se lembrarmos da fala de Tia Roseli no segundo capítulo que diz que seu terreno anterior ao desastre (que foi interditado para habitação e hoje em dia só “tem mato) era grande o suficiente para seus filhos construírem suas casas. Isto é, havia um planejamento da família em permanecer no espaço e uma garantia futura para seus filhos de ter um lugar para morar. Agora, a família precisará morar em alguns poucos metros quadrados, em um apartamento, quebrando a expectativa e o

¹⁷Segundo minha interlocutora Paula, 400 famílias dependem de Aluguel Social pelo Município e 700 famílias pelo Estado – entre os anos de 2001, quando o programa teve início, até hoje, 2018.

planejamento que haviam criado para o espaço onde moravam. Além disso, ainda há o deslocamento dessas famílias para um bairro que também não haviam planejado morar¹⁸.

Por fim, gostaria de atentar para o fato da condição provisória que as famílias se encontram. Uma provisoriedade duradoura, que parece não ter fim. Mesmo em um contexto distanciado do que abordo aqui, a reflexão de Sayad sobre a situação do imigrante nos servirá para pensar sobre a realidade das famílias que aguardam por sua casa própria em Petrópolis:

"Da mesma forma com que impõem a todos – os imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe bem com à sociedade da qual prover -, essa contradição fundamental, que parece ser constituída da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é provisório e nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora provisório (de direito) com a condição que "provisório" possa durar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), como a condição que esse "definitivo" jamais será enunciado como tal." (SAYAD. 1998, p. 49)

Não é algo muito diferente o que as famílias vivem em relação ao presente e futuro de suas vidas e moradias. Fazendo um paralelo com a condição provisória¹⁹ desenvolvida por Sayad, podemos afirmar que as famílias se encontram nesse estado ora provisório e ora definitivo em de duas formas: a primeira se trata do estado de inquilinos, dependentes da política de Aluguel Social providenciada pelo Estado; a segunda seria a espera da casa própria através do programa de Conjunto Habitacional. Essas duas condições que deveriam ser provisórias para as famílias se demonstram praticamente permanentes aos nossos olhos pois o que deveria ser solucionado pelo Estado de imediato, ano que vem fará 15 anos sem solução. E o que nos resta mais uma vez é a espera e a esperança.

¹⁸Nessa situação, há dois pontos de vista: os que veem esse deslocamento como positivo e outros como negativo. Paula contou-me que em uma ocasião, quando os apartamentos do Conjunto Habitacional da Posse foram liberados -para famílias que moravam no entorno- algumas já não precisavam do benefício. Essas desistências ocasionaram a abertura de vagas. Além disso, algumas pessoas que estavam trabalhando mais próximo ao Centro de Petrópolis, pediram à Assistência Social para serem realocadas no Conjunto Habitacional em Vicenzo Rivetti, por conta de sua localização. O mesmo aconteceu com alguns beneficiários do programa que seriam alocados em Vicenzo Rivetti e preferiram morar distante do Centro, no Conjunto Habitacional da Posse. Portanto, houve essa negociação em decorrência de preferências por outro bairro, assim, as assistentes sociais conseguiram realizar essa troca para os interessados.

¹⁹[...] provisoriamente (como eles pensam) numa sociedade que se sentem hostil, precisam convencer a si mesmos, às vezes contra as evidências, de que sua condição é efetivamente provisória: ela não poderia ser aquela antinomia insuportável (uma situação teoricamente provisória mas que, de fato, se dá objetivamente com praticamente definitiva) que lhes mostra sua experiência e seu itinerário de imigrantes. [...] (SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, 1998, p 46.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Petrópolis ainda sofre com desastres “naturais”. No ano em que escrevo esta monografia, 4 pessoas²⁰ morreram em decorrência dessas tragédias no município e as chuvas de verão ainda não começaram. No ano em que escrevo esta monografia, 14 anos após o desastre vivenciado por minha família e os moradores da Rua Manoel Afonso, analisado neste trabalho, minha família -assim como muitas outras- ainda dependem de Aluguel Social e vivem na esperança da casa própria em algum Conjunto Habitacional do governo.

O esforço de revirar minha memória e de outras me doe, me afetou, em certo momento até me paralisou. Estar obstinada a eternizar essas memórias no papel para que não se perdessem entre a chuva e a lama, me fizeram acreditar e seguir em frente e de nada me arrependo.

Espero que o leitor tenha sentido a humanidade que procurei transmitir neste texto. Me esforcei em mostrar como planos de vida pessoais e de famílias inteiras, desejos, relações cotidianas e afetuosas entre pessoas em um determinado espaço e até mesmo vidas são interrompidas por desastres inesperados, trazendo perdas irreparáveis à vida dessas pessoas. Muito além de números em estatísticas de desastres “naturais” do município de Petrópolis, são pessoas com projetos, planos. O desastre força a quebra abrupta dessas relações sociais que se construíram ao longo dos anos, a cada “bom dia” e “boa noite”, a cada brincadeira da criançada na rua, a cada socorro prestado ou a cada tardezinha passada na casa do vizinho ao lado. O desastre forçou que a vida de cada um se reinventasse mesmo em meio a tragédias, perdas e dores. Desta forma, os laços entre vizinhos –antes unidos pelo convívio em um determinado espaço e pelo afeto entre nós- se reformularam e se estabeleceram de nova forma nos momentos de crise – em que nos abrigamos nas casas dos vizinhos e podemos contar com sua ajuda- e mais atualmente, na união em situações de demanda frente ao governo –como no caso da exigência feita por nós de aumento do valor do Aluguel Social.

Apesar de toda afetividade que tínhamos com a Rua Manoel Afonso, uns mais e outros menos, nenhuma de minhas interlocutoras expressaram o desejo de voltar a morar na rua pois acreditam que não seja mais “a mesma coisa”. Disseram que lá não estão mais as mesmas pessoas, além disso, acreditam que o bairro se tornou mais perigoso e não é mais um bom lugar para se morar.

²⁰Ver tabela no capítulo 1, página 05.

Os desafios e consequências “pós” desastre se estendem até hoje, quase 15 anos depois. A condição de beneficiários do Aluguel Social e a condição de eterna espera da entrega da casa própria no Conjunto Habitacional, nos deixam reféns de uma condição provisória-permanente.

Por nos encontrarmos nesta condição, precisando a todo tempo habitar em nossas memórias, o passado definiu nosso presente e se arrastará por todo nosso futuro. Diante disso, torna-se possível compreender porque as memórias foram o substrato de construção deste texto pois a memória tem a capacidade de eternizar, nas mentes de quem vivenciou o desastre, fatos facilmente esquecidos na mente de quem não os vivenciou.

Alguns desafios ainda estão por vir, como me foi apontado por Paula durante a entrevista. Disse que agora o maior desafio será desenvolver junto às famílias uma nova concepção de suas vidas, pois agora sua condição de “moradores de aluguel” se modificará com a mudança das famílias para o Conjunto Habitacional, onde terão que construir novos laços e dar início à vida em uma nova comunidade.

O que Paula acredita que será de desafio para a gestão, também penso que será desafiador para os moradores, pois além da “vida nova” elas trazem consigo suas vivências de outros locais e vivências da organização social do cotidiano em seus bairros novos -após o desastre. Ainda mais, terão que lidar com regras impostas pelo Conjunto Habitacional que em nada se aproximam das regras –acordo tácito- entre moradores de uma rua ou bairro, como já estamos acostumados.

O que colocamos como desafios podem ser objeto de estudo para uma próxima pesquisa, já que novas organizações sociais, novos afetos e uma nova cultura de grupo se constituirá no espaço do Conjunto Habitacional, provavelmente nada similares às organizações sociais que se davam em ruas como a Manoel Afonso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. **Manual de planejamento em defesa civil**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999.
- DA MATTA, R. "Ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues". In NUNES, E. de Oliveira (org) *A aventura sociológica*. RJ: Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOLDMAN, Márcio. 2003. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia* (46) 2. Brasil.
- GUERRA, A.J.T., Oliveira, A., Oliveira, F. & Gonçalves, L.F.G. (2007) **Mass Movements in Petrópolis, Brazil**. *GeographyReview*, 20(4): 34-37
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.